



O contrato para construção do Hospital Regional do Paranoá foi assinado em 1991 e as obras foram paralisadas um ano depois. O embargo ocorreu quando apenas 16% dos 22 mil m² da área prevista estavam edificadas

Hospital pode ter nova licitação

Ministério Público alega superfaturamento e propõe anulação do contrato de obra no Paranoá

MARIA EUGÊNIA

O Hospital Regional do Paranoá terá uma nova licitação. Mesmo que o relatório da auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), previsto para ser votado na quarta-feira, não aponte irregularidade alguma nas obras, paralisadas em 1992 por suspeita de superfaturamento, o Ministério Público Federal vai entrar com uma ação contra a Secretaria de Saúde e a Construtora Mendes Carlos, vencedora da licitação. O MPF propõe a anulação do contrato assinado em 1991 e a abertura de outra concorrência.

Os procuradores Luiz Francisco de Souza e Franklin Rodrigues da Costa apontam "indícios claros" de que a obra foi contratada por preço duas vezes maior. À época, a Mendes Carlos venceu a licitação oferecendo preço de Cr\$ 7.161.155.379,00, enquanto as outras

construtoras ofereceram preços menores, na faixa de Cr\$ 3.900.000.000,00. O Ministério Público encontrou ainda vícios no edital de licitação que indicam o favorecimento da construtora.

Indenização - "Além de a construtora ter que indenizar os cofres públicos pelo que já recebeu, o administrador público que assinou o contrato também será responsabilizado", explica Luiz Francisco de Souza. Quando foi embargada a pedido do extinto Inamps, apenas 16% dos 22 mil metros quadrados de área construída prevista no projeto estavam edificadas, consumindo cerca de R\$ 3 milhões (valor atualizado).

O deputado Jofran Frejat (PPB-DF), secretário de Saúde na época, discorda da posição dos procuradores. Ele lembra que a licitação já foi analisada pelo Tribunal de Contas do DF (TCDF) e recebeu parecer favorável e que as

denúncias contra a obra tiveram motivação política. "Quem sai prejudicada é a população do Paranoá", diz.

As denúncias foram feitas ao Ministério Público, em agosto de 1991, pelo deputado Augusto Carvalho (PPS-DF). "Houve dano ao erário público, ao patrimônio público. Não há como esse contrato ser mantido", rebate Carvalho, lembrando que outra licitação será imediatamente aberta para que a obra seja retomada e os 70 mil moradores do Paranoá não fiquem sem o hospital.

A história do Hospital Regional do Paranoá tem outros capítulos. O caso foi parar na CPI do Orçamento, já que a mulher do dono da Construtora Mendes Carlos, a deputada Célia Mendes (PFL/AC), apresentou duas emendas ao Orçamento da União destinando recursos para a continuidade da obra.